

## EDITORIAL

**‘Democracia e Saúde: caminhos e descaminhos da vigilância sanitária’** é o tema do 8º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (SIMBRAVISA) sediado em Belo Horizonte, de 23 a 27 de novembro corrente. Peço licença para usá-lo como “mote”, na abertura deste volume 2, edição 2019.2 da Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará, como alerta sobre a importância de liberdade e justiça social para garantir direitos de cidadania, funcionamento pleno das instituições públicas, e a saúde como produção social, decorrente das condições de existência de pessoas e coletividades. É preciso ter liberdade para fazer escolhas e cumprir a Lei!

Vivemos no Brasil momentos de perplexidades institucional e sanitária. De um lado, desregulamentação e diminuição do papel do Estado como ameaças à democracia e ao direito individual, e de outro, insegurança e incerteza produzidas por um conjunto de perigos que circundam a vida privada e a esfera pública, como riscos à saúde em todas as suas dimensões.

Tempos de alerta! Tríplice epidemia de arboviroses; recrudescimento de sarampo, aids, sífilis, febre amarela e outras doenças transmissíveis antes controladas. Tragédias sanitárias silenciosas, contaminação de alimentos e pessoas por agrotóxicos; transgênicos; mortes por efeitos adversos de medicamentos; óleo nas praias do litoral do Nordeste; queimadas na Amazônia e no Cerrado; novo e devastador Mapa da Fome. Sindemia global!

Nesse cenário, situar a Vigilância Sanitária, como ação de saúde pública, iminente sob égide do Estado, voltada para promover e proteger a saúde de pessoas e grupos, configura um desafio que transcende os limites da norma, do poder de polícia administrativa e dos instrumentos operacionais disponíveis para intervir sobre riscos, causas e danos, situando-o no escopo da complexidade e do inusitado. Suscita das estruturas de gestão do sistema, articuladas às populações e suas territorialidades, desenho cooperativo e prospectivo de cenários, cuja imagem-objetivo possibilite nova institucionalidade, para se fazer entender e atuar. Mais que um desafio, uma Utopia a ser perseguida!

Governabilidade, capacidade de governo e governança são condições ‘*sine qua non*’ para tomada de uma decisão e uma ação. Remetem ao território nacional em seus recortes subnacionais, à luz de heterogeneidades geográficas, produtivas e culturais que impõem limites na articulação local-global. Indagam sobre o que fazer e como fazer, para eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, na singularidade de cada lugar.

Não é fácil. É tarefa hercúlea para uma ação pública de saúde que se estrutura, ao longo de 30 anos, na mediação capital-trabalho e produção-consumo, com dificuldades de múltiplas ordens, entre eles legitimidade, escassez de recursos e infraestrutura, para atuar por meio de regulamentações sobre concessão de licenças sanitárias para a produção e comércio de bens e serviços; registro de produtos para a fabricação e consumo; certificação de boas práticas de produção; monitoramento da qualidade de produtos e serviços; fiscalização do cumprimento das normas; comunicação e educação sobre riscos e vigilância de eventos adversos relacionados a esses bens.

O campo da vigilância sanitária é abrangente, complexo e sempre em movimento. No entanto, o arcabouço jurídico-político e operacional, legado do império desde a abertura dos portos as nações amigas, se aperfeiçoou e avançou, mas não radicalizou em mudar práticas burocráticas, cartoriais e pouco comunicativas para intervir e atuar. Pequenos e médios municípios continuam com infundáveis roteiros de inspeção que não ajudam a compreender riscos e orientar ações; checklists que obliteram a reflexão sobre o objeto sanitário observado e pilhas de processos administrativos que paralisam e postergam resultados da ação sanitária protetiva à população.

Em contrapartida à lentidão do Estado protetor, a modernidade líquida, com rapidez e interações tecnológicas, oferece e disponibiliza todos os dias em cada residência, por meio de mídias e internet, produtos e serviços que prometem segurança, felicidade, juventude, beleza e saúde instantâneas. Proteção, prevenção e vida longa são vendidos como mercadorias consoante o imaginário coletivo da teologia da prosperidade. Não importa se a realidade e o cotidiano são disformes e

barulhentos, tudo se resolve e se alcança com um simples ‘*click*’, um boleto ou um cartão de crédito. O resto entrega-se a Deus. E sob essa proteção, não há jurisdição, território, controle ou fiscalização, só milagre!

É preciso mudar! Priorizar e pactuar com a população formas integradas de proteger os objetos de interesse da saúde – da rua a aeronave; da manicure ao hospital; da bodega ao restaurante Michelin; dos serviços do SUS aos da rede privada. (Re)significar a ação ‘solitária’ da vigilância sanitária em fazer ‘solidário’ e cooperativo, participativo e responsável pela articulação e comando de uma rede ampliada de sujeitos vigilantes, para produção social de saúde. Com autoridade, mas com delicadeza no trato, na comunicação do evento inusitado, e no diálogo de como cumprir a lei.

É urgente analisar em profundidade o mote ‘**Democracia e Saúde: caminhos e descaminhos da vigilância sanitária**’, em cada momento do processo de trabalho das equipes desse grande e importante sistema. Os 13 artigos que compõem este volume 2 dos Cadernos ESP apresentam questões relativas a não conformidades; análise de componentes; limites e padrões; eventos adversos; notificações; segurança; gerenciamento e capacidade operativa. Todos eles decodificam especificidades de recortes territoriais no estado do Ceará. Ao situar e analisar riscos e determinantes dos objetos investigados, podem desvelar e elucidar a imbricada teia que produz saúde-doença, e apontar soluções adequadas aos problemas sanitários de territórios singulares.

O desafio posto ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) é agir com ousadia e criatividade para garantir segurança e qualidade a produtos, serviços e bens de consumo coletivos, na diversidade do território brasileiro. Além disso, exercitar a equidade na diferença, ao aplicar a norma, ao olhar os objetos de intervenção em cada contexto particular, ao exercer o poder de polícia ou ao realizar ação educativa consoante os sujeitos em situação de exposição aos riscos e vulnerabilidades.

É urgente fortalecer, em todos os níveis do sistema, as estruturas técnico-operacionais e qualificar, de forma crítica-reflexiva, a força de trabalho que lhes dá materialidade, para enfrentar as incertezas do porvir, “(...) a chave está na

democracia e nos direitos humanos, os quais *não são receitas prontas ou conceitos abstratos. São valores e práticas que supõem um contexto, no qual vivem pessoas e em que se desenvolve uma dinâmica política, econômica e social*” (Leo Heller em entrevista para o 8º SIMBRAVISA).

**Grácia Maria de Miranda Gondim**

Arquiteta Sanitarista  
Pesquisadora em Saúde Pública  
Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz